

## Retratar a Cidade:

### Práticas e significados dos espaços urbanos da Natal dos anos de 1960

WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA\*

Os discursos jornalísticos empreendidos pela imprensa escrita na Cidade do Natal na década de 1960 possuem alguns elementos narrativos, temáticas abordadas bastante recorrentes. O periódico “A Ordem”, por exemplo, possui aí uma perspectiva que se liga principalmente a algumas questões centrais: das temáticas e atuação da Igreja Católica; de alguns principais acontecimentos no âmbito mundial; dos fatos políticos e esportivos do estado; e dos problemas da cidade, numa linha de crítica ao poder público entrelaçada numa escrita irônica e jocosa. Pode-se dizer que esta é em grande parte os elementos de preocupação para a elaboração do periódico.

Claro, por vezes, as inscrições narrativas apresentam algumas variantes. É assim que em fevereiro de 1966, “A Ordem”, ao noticiar um problema da cidade, lança-se a reflexão num nível sociológico:

*Cada família tem a casa que pode ter. Umhas têm casa bonita, grande. Ajardinada e alcatifada. Às vezes com piscina ou campo de esporte no quintal, mas sempre com um carro na porta. Outras têm uma casa menos bonita que a primeira e menor também. Nessas nem sempre tem carro na porta. Seus moradores se conformam em ir a esquina pegar o ônibus e ir ao emprego ou para a cidade fazer compras. Quando é dia de festa tem o telefone do vizinho, ou o seu mesmo, pra quebrar o galho. E chamar um táxi. Porém, existem outras famílias. As casas dessas são feias e sujas. Com remendos e sem reboco. Perto da lama e do mar, onde mais próximo o pai tira o sustento para seus filhos. Entretanto, ainda existem outras famílias. Estas não têm casas bonitas, nem mais ou menos, nem feias. Vivem ao léu, procurando uma árvore que lhes dê sombra, uma marquise que lhes dê abrigo contra chuva, ou um vagão de estrada de ferro encostado que lhes cubra do sol e da chuva. E da noite e do dia (A ORDEM, 02/1966).*

Casos de problemas relacionados à habitação, que se dão *pari passo* ao crescimento populacional da cidade, ocupam várias manchetes dos periódicos

---

\* Doutorando em História – Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

natalenses. E “A Ordem”, com sua perspectiva cristã e humana, tende sempre a noticiá-los clamando para sua resolução por parte do poder público, atentando para o bem das pessoas afligidas.

As falas sobre a ausência de residências, de falta de moradias, são sempre acompanhadas, interligadas à compreensão de que esta produz inevitavelmente a prática da mendicância; bem como, de que também está relacionada com a problemática do êxodo rural, algo colocado como sendo “conseqüências naturais do nosso subdesenvolvimento”(A ORDEM, 08/1965). Dessa equação, resultaria a ascensão com que a mendicância crescia, cujas estatísticas apontavam que em Natal, no ano de 1965, cerca de seis mil pessoas dependiam única e exclusivamente, direta ou indiretamente, da caridade pública para sua sobrevivência.

Para mostrar aos leitores a que nível chegava tal problema, “A Ordem” esforçava-se por trazer matérias sobre casos isolados, sobre pessoas, famílias que sofriam com a falta de moradia, para, a partir de então, tecer considerações gerais, generalizar e reivindicar melhorias por parte do poder público.

Casos como as das mães de família desamparadas que tiveram suas vidas retratadas durante o contexto de quinze dias até o dia das mães do ano de 1967. Caso exemplar, pois a partir de uma cena cotidiana, num drama pessoal, denota os elementos que dão contornos ao problema da habitação em Natal. “A Ordem” vai até uma delas, Maria Terezinha dos Santos, no dia 29 de abril de 1967, para que conte sua história, para se deixar saber pelos leitores natalenses.

*Sou natural de Acari, tenho dois filhos, Rogério Eduardo de três anos e Robério de três meses. O pai de meus filhos, funcionário de um banco, foi para Recife, deixando-me só com duas crianças e sem nenhum meio de vida. Continuei em Acari na casa de meus pais. A situação começou a piorar dia a dia. Meu pai cego não pode mais trabalhar [...] mas nem por isso se aposentou. Ficou encostado com seus vencimentos atrasando até em seis meses. Analfabeto não procurou seus direitos. Na semana passada viajei para Natal para procurar emprego e abrigo. Aqui chegando aconteceu o contrário. Nem arranjei trabalho para criar meus dois filhos e nenhum casebre. Me encontrei com Emília, minha velha amiga, que esta na mesma situação. Possui uma filha de poucos meses, Ivanice que se encontra adoentada. Armamos estas duas redes para os meninos debaixo desta árvore. Pedimos esmolas e vamos levando a vida até quando Deus quiser (A ORDEM, 04/1967).*

Assim, não obtendo êxito em seus planos – sem emprego e sem abrigo – as duas mães tiveram que buscar residência embaixo de um pé de sapoti, na Rua Sachet, no Bairro da Ribeira, onde traziam seus poucos pertences: um fogão, uma panela de barro, um copo, uma lata de leite, uma caixa, duas redes para crianças, alguns cobertores e a roupa do corpo. Para sobreviverem, passaram a praticar a mendicância: “durante o dia uma trata das crianças enquanto outra pede esmolas”(A ORDEM, 05-1967).

Alguns dias após, perto do dia das mães, novamente as mães desabrigadas voltaram a estampar as páginas dos periódicos, com uma cena ainda mais dramática. Com a ocorrência de chuvas na cidade, a situação tornou-se calamitosa e desesperadora para as mães, que não puderam mais se estabelecer embaixo da então árvore moradia. Por sorte, encontraram uma carcaça abandonada de um automóvel, onde encontraram um abrigo para os dias de temporais.

O destino das mães era semelhante ao daqueles que à noite, em frente ao então mercado da Cidade Alta, quando as lojas fechavam e o trânsito de veículos e pedestres ficava quase extinto, começavam a chegar, muitos dos quais baleeiros do mercado para dormirem nos batentes das lojas fronteiriças, cobertos muitas vezes apenas com um jornal.

Assim, o problema da falta de trabalho, da mendicância e da falta de habitação se constituía como desafio para os poderes públicos da década de 1960 na cidade do Natal.

### **A Cidade da Esperança: Uma Produção Formal**

A retratação de dramas pessoais na abordagem de problemas como da crise da habitação em Natal parece satisfazer os discursos dos periódicos da cidade. Inclina-se para a busca do pitoresco, do inusitado dos acontecimentos, como no caso das duas mães desabrigadas. Imagens exóticas e culminantes que proporcionam a construção de representações da cidade, como as que ligam os sem moradia à mendicância e ao êxodo rural.

Porém, a crise da habitação, além do crescimento populacional intenso da cidade, também se liga à especulação imobiliária, à valorização dos espaços de moradia; bem como às soluções encontradas pelo estado no sentido de dar conta do problema.

Emblemático nesse sentido é o caso do Trem Moradia, que se soube através das páginas dos periódicos no mês de fevereiro de 1966. Dividindo as manchetes dos jornais com o cenário carnavalesco no qual a cidade se entregava, colocava-se a figura de seu Adelson Araújo e Família. Em virtude da casa onde habitavam, alugada, ter sido vendida e pedida, seu Adelson, então operário da oficina da estação de trem, viu-se compelido a mudar, em janeiro de 1965, com mulher e filhos, para um velho vagão de trem inutilizado (A ORDEM, 05/1967).

Os jornais buscavam descrever principalmente a partir do inusitado de tal fato – um velho vagão de trem servindo de moradia. Assim, destacava-se o caráter engenhoso da família de seu Adelson que, segundo depoimento dos mesmos, pareciam estar satisfeitos com a solução de moradia encontrada: “se não fosse o zinco que está furado, deixando passar a chuva, não queria casa melhor” (A ORDEM, 05/1967), declarava a mulher de seu Adelson. Os trabalhos para impedir a penetração de água no vagão eram feitos com material velho, para a surpresa da mídia que comemorava a criatividade dos moradores: “bicas e folhas de flandres, que fazem parte também da ornamentação interior do vagão. Também nessa ornamentação, além de duas cadeiras de palhinha, um guarda louça e uma cama, existe lugar para duas redes, onde se acomodam os dois filhos do casal” (A ORDEM, 05/1967).

Jornais como “A Ordem” procuravam ir além da descrição do inusitado. Em meio às falas de surpresa que tratavam do exótico que permeava em tal acontecimento, sobressaía também uma espécie de espanto em relação ao “vagão-casa”. Indagava-se a título de reflexão, por parte dos leitores, se “não seria bom também, se reivindicar uma casa popular para a família de seu Adelson Araújo? (A ORDEM, 05/1967)”.

De fato, a construção de habitações populares por parte do poder público era uma questão central nas preocupações políticas na década de 1960. Na cultura política construída nesse período, a efetivação de moradias para o público de baixa renda estava destinada tanto a resolver as demandas da sociedade, quanto aos interesses da especulação imobiliária e à própria prática política.

Dentre as políticas públicas que atuaram no sentido da efetivação de habitação popular no estado do Rio Grande do Norte, na década de 1960, a construção do conjunto habitacional da Cidade da Esperança, em Natal, foi aquela que mais chamou a atenção. Não apenas pelo emprego de recursos para sua aplicação, mas também por se

constituir enquanto umas das principais plataformas de campanha do grupo político articulado em torno da figura de Aluízio Alves. Tal conjunto era uma espécie de carro-chefe dos feitos do governo, uma vez que seria através de sua efetivação, numa espécie de síntese, que o governo corresponderia à vinculação pretendida com as camadas populares, “a gentinha”, atendendo as reivindicações por moradia. Assim, não era à toa que o nome atribuído ao conjunto fosse justamente Cidade da Esperança, termo chave das campanhas eleitorais de 1960 e de 1966 e que adjetivava o referido grupo político.

Era uma questão estratégica que um dos carros-chefe do programa de governo do então governador Aluízio Alves fosse a construção de um conjunto habitacional, coordenado pela Fundação de Habitação Popular, que tinha à frente até o ano de 1965, o futuro prefeito da Cidade do Natal, Agnelo Alves, que ocupava um lugar central, pois possibilitava uma aproximação e identificação com os anseios das camadas populares. E o conjunto habitacional fora logo arregimentado como elemento simbólico para encarnar as aspirações de futuro dos populares, numa junção com a própria propaganda política eleitoral estabelecida. Assim, o nome do conjunto fora batizado como “Cidade da Esperança”.

E é com essa perspectiva de futuro que, nas vésperas do Natal de 1964, o poder público faz saber, através dos periódicos, numa manchete publicitária, a boa nova que estava por vir àqueles que ainda não possuíam a sonhada casa própria.

*Se você ainda mora em casa alugada, está convidado a passar o Natal do próximo ano em sua casa própria. É natural que você pergunte como e onde: e nós lhe respondemos: em 1965 já estarão prontas centenas e centenas de casas populares que a FUNDAÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR está construindo, sob a direção de Agnelo Alves, na Cidade da Esperança. Por sua casa própria, você pagará apenas 20% do salário mínimo vigente na capital, e assim mesmo somente depois de receber as chaves (A ORDEM, 12/1964).*

Mas naquele ano de 1964, os trabalhos de efetivação das casas no conjunto popular da Cidade da Esperança ainda estavam começando e apenas as casas protótipos encontravam-se em processo de finalização. Com fomento da SUDENE e da USAID, além do próprio Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Cidade da Esperança, enquanto parte das obras do núcleo de Natal da FUNDHAP, tinha um plano de

aplicação a ser desenvolvida em três partes, como salientava o então diretor da entidade aos periódicos.

A construção da primeira super quadra contaria um total de quinhentas e setenta e seis casas, com recursos já então assegurados pela USAID, programa da “Aliança Para o Progresso” e a SUDENE; a segunda super quadra, contando com um total de cem casas seria destinada aos servidores públicos, num financiamento com o então instituto de previdência; e a terceira parte, com recursos ainda, neste momento, não assegurados, agregaria um montante de mil trezentas e setenta casas, planejadas para serem entregues no final do mandato do então governador Aluízio Alves.

A FUNDAHP fora criada então para tentar resolver um dos grandes problemas que afetavam a Cidade do Natal, a questão da moradia, que se acentuava no ritmo do aumento populacional. Se o ritmo de construções se ampliava, a demanda por residências tornava os aluguéis altos, chegando a comprometer a metade de um salário mínimo para as mais modestas.

*Em Natal só o número de casas de taipa, barracos, barracões etc... sem as mínimas condições chega a 31%, favorecendo a promiscuidade, a delinqüência, a propaganda das doenças. Acrescente-se a estes 31% mais 20% de casas construídas total ou parcialmente em alvenaria, mas sem as condições mínimas, e ter-se-à o índice impressionante de 51% como “déficit” habitacional em nossa cidade. Segundo o levantamento de 1963 somente casas de taipa há em Natal quase 11 mil.*

De novembro de 1964, data da colocação da pedra fundamental que marcava o início das obras, até fins de janeiro de 1966, data da primeira de uma série de inaugurações do conjunto habitacional popular, a Cidade da Esperança tornou-se além da principal agenda de governo, um espaço de referência para aqueles que sonhavam com a casa própria. Seu Adelson Araújo fora então aconselhado a se cadastrar junto ao programa, como fizeram mais de seis mil famílias.

De fato, a efetivação da Cidade da Esperança se constitui como um marco para a cidade, uma vez que se origina aí uma política oficial, formal do estado em termos de ocupação dos espaços suburbanos de Natal. A inauguração em janeiro de 1966 trazia a construção de quinhentas casas, uma capela, um mercado e redes de água e luz, ou seja,

um espaço planejado e efetivado pelo estado, já possuidor de uma estrutura urbana mínima. Em julho do mesmo ano, esta primeira parte do conjunto habitacional também era atendida pela construção de um grupo escolar com curso primário completo e de um Posto de Saúde, comportando um gabinete médico e dentário.

Só nessa primeira etapa, pretendia-se deslocar para a Cidade da Esperança cerca de três mil e quinhentas pessoas, que teoricamente deixariam as residências que não as pertenciam, sejam alugadas ou cedidas, para morarem em casa própria. Habitações de dois tipos: as famílias com mais de sete filhos ocupavam casas do tipo A, com dois quartos, e as famílias com número inferior a sete ocupavam casas do tipo B, que dispunham apenas de um quarto.

A ação da FUNDAHP no sentido da construção de casas populares era encarada pelos periódicos como uma iniciativa em compasso com o desenvolvimento e o progresso. Obras que não se justificariam apenas por si mesmas, proporcionando casas para quem teoricamente não as tinha. Mas, fundamentava-se também pelas oportunidades de trabalho, cumpria a função de diminuir o número de desempregados, cada vez mais frequentes.

Seria responsável, além disso, pela expansão das fronteiras e estradas da Cidade do Natal. Assim explicava-se o porquê das casas populares serem construídas em local, até então, tão afastado da cidade, inclusive para além dos limites fundiários sob a administração do poder municipal.

*Outro problema é o crescimento da cidade. A olhos vistos, Natal tem e muito para expandir-se. Existem terrenos e terrenos cheios de matas e que podem ser construídos. A FUNDAHP vendo isto, engendrou o plano das casas populares nos locais menos habitados da cidade. Expandem-se as fronteiras marcando novas distâncias a percorrer, e proporcionando o maior crescimento da capital.*

*[...] Já que a cidade cresce, necessário se faz que surjam novas vias de acesso para locais onde nossa cidade expande-se. Assim que, com a construção das casas populares, foi necessária a construção de outras estradas, e hoje na “Cidade da Esperança” estão a visto os tratores abrindo caminhos por onde automóveis e caminhões conduzirão o progresso da cidade (A ORDEM, 01/1966).*

O desfecho da história de seu Adelson, se finalmente ele conseguiu, mesmo que a sua revelia, mudar-se para uma casa de paredes de alvenaria ou se continuou residindo

no seu cômodo-trem, infelizmente não foi retratado pelos periódicos do contexto. Mas histórias de vida como a de sua família parecem ter se multiplicado aí.

Questões que tinham relações não apenas por demandas habitacionais por parte das camadas populares, mas também das próprias relações políticas e econômicas, do estado e da especulação imobiliária. Afinal, áreas residenciais como a Cidade da Esperança, construídas a partir do financiamento público, em locais distantes das zonas já urbanizadas, em terrenos desocupados, contribuía, além de aumentar as fronteiras urbanas da cidade, para torná-los disponíveis ao mercado imobiliários.

Acompanhando a inserção da infra-estrutura urbana nos conjuntos habitacionais, como os de abastecimento de energia elétrica e de água e esgotos, promove-se também a valorização, em termos econômicos, dos terrenos, conciliando de certa forma os interesses da especulação imobiliária.

Assim, somos levados a crer que, mesmo se seu Adelson não estivesse satisfeito com o seu “vagão moradia” e desejasse se mudar para a distante Cidade da Esperança, que se colocava para além da zona suburbana, onde as ruas que a ligavam ao centro da cidade estavam ainda sendo abertas, teria dificuldades financeiras de assim proceder, do mesmo porte que o fizeram sair de sua antiga casa alugada e procurar abrigo no exótico, mas econômico vagão.

### **As Frentes de Trabalho: Construções da Cidade Informal**

Porém, não é apenas pela iniciativa do Estado, a partir da construção de conjuntos habitacionais populares, por exemplo, que se desenvolve a produção da cidade aí. Muito pelo contrário. É através de ações informais, de ocupações irregulares, como no caso de Brasília Teimosa, que Natal vai se ampliando, crescendo. É a partir de construções informais, do ponto de vista da legislação urbana, que vai se configurando o espaço da cidade do Natal.

Mas, não tão informais assim. O que dizer das ações da municipalidade de se fazer presente nesses espaços, a partir da instituição de melhorias urbanas, de inaugurações de obras, demarcando seu poder, mesmo que e principalmente simbolicamente, num processo de reconhecimento mútuo? O que dizer das iniciativas



do poder público em incentivar e até mesmo subsidiar as camadas populares a ocupar os espaços menos valorizados da cidade, sem garantias legais, ou seja, irregularmente? A não ser pelos donos de lotes particulares ocupados, não há vozes em contrário a esse tipo de ocupação.

Fixações irregulares, mas que encontram grande apelo e fomento também da própria sociedade civil. As Frentes de Trabalho constituídas a partir do ano de 1965 são um elemento emblemático para se compreender esse processo de produção informal. Sob a organização da Igreja Católica, apoiada pela municipalidade, as Frentes de Trabalho tinham por função atender duas necessidades prioritariamente: dar ocupação aos moradores desempregados dos bairros carentes da cidade, fazendo-os atuar efetivando melhoramentos urbanos na sua comunidade.

Os moradores entravam com a mão-de-obra; a Igreja Católica organizava os trabalhos e promovia campanhas de doações desde alimentos até materiais de construção a serem utilizados nas Frentes de Trabalho; e a administração municipal ajudava doando algumas verbas para o pagamento de pessoal e despesas, além de alimentos, advindos do programa “Aliança para o Progresso” e, quando possível, quando a colaboração não atrasava outras obras da prefeitura, enviava materiais, como caminhões e caçambas para ajudar nas obras.

Inicialmente, a intenção das Frentes era atuar nos bairros pobres da cidade – perspectiva que se mostrou incipiente, com atuação em apenas pequenos focos, como nos trabalhos de melhorias em residências efetivados no bairro das Rocas. Porém, as ações não foram de todo fracassadas. Pelo contrário, foi uma das responsáveis pela consolidação de uma das maiores ocupações de lotes de terra irregulares da cidade, o bairro de Mãe Luiza, lugar que servia como que uma zona de escape, destinada a dar residência para os que vinham de fora e não tinham condições de garantir uma habitação própria para si.

Foi aí que as Frentes de Trabalho mais se viram necessárias: dando ocupação para os desocupados, que se multiplicavam, e proporcionando uma perspectiva de moradia mínima para os desabrigados.

O objetivo era levar uma estrutura mínima para a zona irregular de ocupação que se constituíam os morros de dunas de Mãe Luiza e as comunidades, como Novo Mundo e Aparecida, que a integravam. Construindo acessos, ligando o morro à “cidade”,

efetivando melhorias nas habitações já construídas, abrindo ruas na própria comunidade, demarcando lotes e levantando novas casas para as famílias que cada vez mais procuravam a cidade em busca de uma perspectiva de futuro.

Já no ano de 1966, as Frentes encontravam-se à pleno vapor, naquele que seria o período de maior dinamicidade de atuação – divulgada, promovida pelo jornal “A Ordem”, enquanto veículo da Igreja Católica, encarregado por publicizar os resultados das ações da iniciativa, angariando novos patrocínios, doações dos seus leitores. Em janeiro desse mesmo ano, já se descrevia o panorama das atividades, dando-nos uma ideia do teor descritivo que acompanham estas a partir do periódico.

*Quem sobe o morro atrás da Cirôlandia hoje vê uma cena muito diferente daquilo que se esperava: caminhões passando, fazendo o chão estremecer, carregados de barro; mulheres atravessando as ruas com panelas, peneiras, latas de água e outros artigos de cozinha. Homens descarregando os caminhões, levantando nuvens de poeira; outros carregando pedras pesadas para os inícios de uma construção (A ORDEM, 01/1966).*

Construções que apesar do ritmo aparentemente acelerado, como fazia crer as matérias do periódico, careciam dos donativos de particulares, de empresas. E além de incentivar o espírito de solidariedade destes, “A Ordem” também tinha de desfazer certa imagem de Mãe Luiza – favela, local de vagabundos e marginais – para angariar fundos para as ações das Frentes.

Assim, as matérias também davam conta de mostrar os esforços dos moradores, trabalhando de sol a sol incansavelmente, construindo não apenas suas casas, mas também trazendo melhorias em comum para todos, com construções como centros comunitários e grupos escolares.

*Na frente de trabalho mas de cem homens lutam para trazer progresso para seu próprio bairro. O número de trabalhadores varia de dia em dia, porque o que recebem não é um salário que faça concorrência com os da indústria e comércios locais. Assim, quem descobre trabalho “cai fora”, voltando quando desempregado. E isto está como foi planejado, porque a Frente não é propriamente um emprego, mas sim uma maneira de matar dois coelhos com uma carga só: dando trabalho para quem não o tem e executando um programa de melhoramento da comunidade.*

*Não são somente o pai de família que se engajam neste trabalho – todos os dias os trabalhadores tomam uma refeição quente, no grupo escolar de Mãe Luíza. Quem prepara o lanche são as esposas dos trabalhadores, usando os gêneros doados [...]. por causa das peculiaridades do feijão, que passou muito tempo armazenado, o processo implica umas cinco horas de ferver, nos fogareiros trazidos de casa e num fogão trazido pela paróquia Sta. Teresinha. Quem já preparou uma refeição para cem homens nesta condição sabe que não é sopa... (A ORDEM, 02/1966).*

A visão de vagabundagem que permeava o bairro de Mãe Luíza, para o sucesso das iniciativas das Frentes, a partir dos donativos, precisa ser substituída em parte por trabalhadores que não encontravam oportunidades, mas que eram dispostos às iniciativas do bem comum. O morro tinha então, a partir da iniciativa dos seus moradores, uma lição a dar à “cidade”.

*Ouve-se muitas vezes que a frase que “o povo não quer trabalhar” – frequentemente dita pensando particularmente no povo dos bairros mais humildes.*

*O projeto das “Frentes de Trabalho” [...] é uma indicação das mais claras possíveis de que o povo quer mesmo trabalhar, uma vez dada a oportunidade.*

*O trabalho na Frente não é bem remunerado em comparação com outros trabalhos, mas sim na satisfação de lutar pelo progresso da comunidade e fazer disto o sustento da família. E o povo quer esta satisfação – os trabalhadores a querem, as colaborações a querem também.*

*É por isso que a canção diz “quando derem vez ao morro toda cidade vai cantar.*

*Apesar das dificuldades que contra que lutam, estes homens não são revoltados, nem desesperados, nem amargurados. São gente trabalhadora – têm que ser trabalhando nove horas debaixo do sol, com pá e picareta; são gente otimista [...] tão boa que quando as ferramentas custavam a chegar trabalhavam com as próprias mãos (A ORDEM, 01/1966).*

Trabalhadores é como comumente são tratados os moradores que se engajavam nas Frentes. Porém, na tarefa de clamar pela solidariedade e compaixão dos natalenses, o periódico não se renega também a referir-se como favelados e a descrever suas condições sub-humanas, como posto no Manifesto aos Homens de Responsabilidade, destinado aos leitores no mês de fevereiro de 1966, que clamava pela ajuda.

*Nas favelas existentes [...] em Mãe Luíza [...] sobrevivem em condições sub-humanas, cerca de 14.000 pessoas.*

*Ali o que se vê é a fome, a mortalidade infantil, o desemprego, o analfabetismo, a doença, a falta d água e saneamento, campo fácil a prostituição e à iniciativa ao crime.*

*Das 2.500 barracas apenas 100 estão saneadas.*

*Cerca de 20 quilômetros de “passagens” de areia entre as casas que precisam ser beneficiadas.*

*O favelado, ao contrário do que muitos pensam, é pacato, ordeiro e sobretudo desejoso de trabalho. Porém, não pode, por si só sair do estado de miséria em que vegeta (A ORDEM, 01/1966).*

Os “desejosos de trabalho” de Mãe Luiza, que participavam das Frentes de Trabalho, tinham em média a idade de 29 anos. A grande maioria sem qualquer instrução. Atuavam chefes de família, casados oficialmente ou apenas morando junto com a mãe de seus filhos, que dividiam o mesmo teto geralmente com mais quatro, cinco, seis pessoas, mas também solteiros. Pouquíssimos tinham uma profissão certa, vivendo de “bicos que arrumavam aqui e ali”.

Para os coordenadores dos trabalhos, a Frente era um modelo a ser seguido, que proporcionava uma nova mentalidade na cidade, oferecendo a possibilidade de um mundo sem favelas. Buscava-se assim, ligar o trabalho das Frentes a alguns elementos teóricos mais amplos, de cunho anti-estatizante, para explicar as ações empreendidas em favor dos marginalizados,

*[...] quer dizer colocados à margem pelo fluxo sócio-econômico. Para que eles saiam dessa marginalização, a um único caminho óbvio: a empresa com a sua integração social pelo trabalho. É isto que pretende em Natal a Frente de Trabalho João XXIII [...]: a integração sócio-econômica, a promoção cultural e a cristianização dos habitantes. [...] E mais: permitir que os favelados encontrem meios de subsistência própria e possam realizar sua própria promoção humana [...] (A ORDEM, 01/1966).*

E as mudanças efetivadas em Mãe Luiza, divulgadas em “A Ordem”, eram motivos de comemorações, acompanhadas de pedidos de ajuda para a continuação do trabalho. Nesse intuito, em maio de 1966, em um portfólio que compunha o periódico, os organizadores dos trabalhos esforçavam-se por mostrar aquilo que já havia sido realizado, bem como as pretensões que se intentava alcançar: quatro centros sociais

reparados, melhorados ou construídos – desejava-se concluí-los, além de construir escolas, uma Igreja e um cemitério; levantamento das necessidades nos campos da educação e saúde, além do início de um processo de alfabetização – e a serem instalados centros médicos-dentários, cursos de alfabetização de adultos, de ensino secundário, cursos profissionais e femininos a serem iniciados; seis quilômetros de ruas construídas, mais dois quilômetros beneficiados – e, por fazer, vinte quilômetros de passagens de areia a serem melhoradas; quatro casas construídas – restando a construção de moradias para as cerca de vinte mil pessoas que habitavam o morro; e por fim, não menos importante, prova da “vontade de trabalhar” dos residentes do morro e uma primeira tentativa de empregá-los para o bem da comunidade – pretendendo-se aumentar o trabalho e os bons resultados dos projetos de interesse comunitário e implantar uma indústria artesanal, para possibilitar a auto-suficiência dos moradores.

Pretensões ambiciosas que não foram de todo concretizadas. Em dezembro de 1966, ao realizar um balanço comemorativo de um ano das atividades da Frente, as construções pareciam ser as mesmas elencadas no mês de maio – quatro casas e ruas construídas, quatro centros sociais reparados... –, inclusive, mantendo-se os mesmos planos a serem traçados e alcançados, dando a impressão de que passada a empolgação inicial, o ritmo dos trabalhos havia diminuído. Duas matérias do mês de setembro desse mesmo ano parecem ser indiciárias nesse sentido, registrando a saída do então padre fundador e coordenador dos trabalhos, sendo substituído por outro, “de fora”, da Europa, mas apontando contundentemente que a Frente não havia parado, estava apenas em uma fase de transição.

De fato, no ano de 1967, há poucas referências às Frentes de Trabalho que atuavam em Mãe Luíza. Na realidade, anotamos apenas uma matéria, no mês de julho, dando conta de que após noventa dias paradas, as Frentes voltavam a atuar, com os operários recebendo semanalmente oito cruzeiros novos. Intentava-se novamente, levar uma estrutura urbana mínima para a favela, com a construção de ruas e de casas, onde problemas como os de falta de água e energia elétrica ainda persistiam.

Porém, se o ritmo de construções de casas de alvenaria por parte das Frentes havia se tornado incipiente, a ocupação do morro só aumentava, casas de taipa continuavam sendo construídas. Assim, se por um lado as intenções e o programa das Frentes de Trabalho não foram em grande parte concretizados, por outro, elas foram

uma das responsáveis por publicizar o morro de Mãe Luiza como local passível de ocupação, no que se refere à moradia e ao trabalho em si. Nesses termos, podemos apontar que a demanda que as Frentes haviam produzido, não foi possível atender.

As atividades ficaram cada vez mais lentas, oportunizando a entrada em cena de políticos que passaram a atuar ali. Já no ano de 1967, dirigia o então conselho de atividades das Frentes o deputado estadual Tércio Rebello. Mas, por isso mesmo, denotava importância que tivera no padrão de ocupação irregular de Natal, não apenas em termos materiais, levando certa estrutura urbana para a favela, mas também em termos simbólicos, haja vista a publicidade efetivada em relação a tal local, claro que imagens opostas dependendo do receptor: de certas oportunidades para os desempregados e desabrigados; mas ainda de favelados e de ameaça crescente, para os leitores natalenses do jornal “A Ordem”.

Tais elementos sugeririam que a vivência da cidade, sua expansão, deu-se espontaneamente, sem controle. Decerto, foi desse modo que se procedeu. Porém, não seria de estranhar a convivência dos próprios poderes públicos com essa produção ilegal, como foi mesmo o caso da atuação das Frentes de Trabalho. O fato é que a partir dessas ações, seja a partir da cidade formal ou informal, também vão se instituindo outras formas de produção, para além da questão material, tentando empreender a urbanização de Mãe Luiza, por exemplo, mas também temos uma produção simbólica, como a questão da inserção da municipalidade nos novos espaços constituídos na cidade, mas que também constroem referências, estabelecem identidades e diferenças em relação aos espaços urbanos.

#### Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Pedro. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997. (coleção cidade aberta).